



ATA N.º 57/CNE/XIX

No dia 28 de abril de 2026 teve lugar a quinquagésima sétima reunião da XIX Comissão Nacional de Eleições, na sala Jorge Miguéis sita na Av. D. Carlos I, n.º 134 - 6.º andar, em Lisboa, sob a presidência do Juiz Conselheiro João Carlos Pires Trindade, com a presença de Fernando Silva, Sérgio Pratas, João Tomé Pilão e, por videoconferência, Teresa Leal Coelho, Fernando Anastácio, Rodrigo Roquette, Miguel Ferreira da Silva e Mafalda Sousa.-----

A reunião teve início às 10 horas e 45 minutos e foi secretariada por mim, Fernando Anastácio, Secretário da Comissão.-----

*

A reunião tem a seguinte ordem de trabalhos: -----

Atas

2.01 - Ata da reunião plenária n.º 50/CNE/XIX, de 24-03-2026 [*adiado*]

2.02 - Ata da reunião plenária n.º 55/CNE/XIX, de 21-04-2026

2.03 - Ata da reunião plenária n.º 56/CNE/XIX, de 23-04-2026

AL 2025 - Neutralidade e imparcialidade e publicidade institucional

2.04 - Processo AL.P-PP/2025/138 - PPD/PSD | JF Oliveira (Mesão Frio) | Publicidade institucional - publicação no Facebook [*adiado*]

2.05 - Processo AL.P-PP/2025/140 - Cidadão | CM Esposende | Publicidade Institucional - Publicações no sítio institucional [*adiado*]

2.06 - Processos JF Montalegre e Padroso (Montalegre) [*adiados*]

. AL.P-PP/2025/147 - Cidadão | JF Montalegre e Padroso (Montalegre) | Publicidade institucional - publicação no Facebook

. AL.P-PP/2025/158 - Cidadão | JF Montalegre e Padroso (Montalegre) | Publicidade institucional - publicação no Facebook



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

- 2.07 - Processo AL.P-PP/2025/150 - Cidadãos | JF Selho de São Jorge (Guimarães) | Publicidade institucional - publicações no Facebook [*adiado*]
- 2.08 - Processos CM Marinha Grande: [*adiados*]
- . AL.P-PP/2025/151 - Cidadão | Presidente CM Marinha Grande | Neutralidade e Imparcialidade das entidades públicas - Entrevista à Marinha TV
 - . AL.P-PP/2025/208 - Cidadão | Presidente CM Marinha Grande | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas - utilização de meios públicos
- 2.09 - Processo AL.P-PP/2025/156 - Cidadão | JF São Pedro (Angra do Heroísmo) | Publicidade institucional - publicação no Facebook [*adiado*]
- 2.10 - Processo AL.P-PP/2025/159 - Cidadão | JF Alcanhões (Santarém) | Publicidade institucional - publicações no Facebook [*adiado*]
- 2.11 - Processo AL.P-PP/2025/162 - PPD/PSD | CM Covilhã | Neutralidade e imparcialidade e Publicidade institucional - publicações no Facebook [*adiado*]
- 2.12 - Processos CM Seixal: [*adiados*]
- . AL.P-PP/2025/163 - Cidadão | CM Seixal | Neutralidade e imparcialidade e Publicidade institucional - boletim municipal
 - . AL.P-PP/2025/283 - Cidadão | CM Seixal | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas e Publicidade institucional - boletim municipal (agosto 2025)
- 2.13 - Processo AL.P-PP/2025/167 - Cidadão | CM Coimbra | Publicidade institucional - publicação no sítio oficial do município e Facebook [*adiado*]
- 2.14 - Processo AL.P-PP/2025/536 - Cidadão | CM Coimbra | Publicidade institucional - publicação no Facebook [*adiados*]
- 2.15 - Processos CM Vila Pouca de Aguiar: [*adiados*]
- . AL.P-PP/2025/168 - Cidadão | CM Vila Pouca de Aguiar | Publicidade institucional - publicação no sítio oficial do município
 - . AL.P-PP/2025/214 - PS | CM Vila Pouca de Aguiar | Publicidade institucional - publicações no Facebook



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

. AL.P-PP/2025/264 - Cidadão | CM Vila Pouca de Aguiar e JF Vreia de Jales (Vila Pouca de Aguiar) | Publicidade institucional - publicações no Facebook e site institucional

. AL.P-PP/2025/286 - PS | CM Vila Pouca de Aguiar | Publicidade institucional - publicações no Facebook e site institucional

Pedidos de informação

2.16 - Procedimento - escolha dos membros de mesa - Acórdão STJ e Pedido do IL [adiado]

Relatórios

2.17 - Lista de Processos Simplificados tramitados pelos Serviços de Apoio entre 18 e 24 de abril

Relações Internacionais

2.18 - ROJAE-CPLP - Indicação de representantes para observação eleitoral em S. Tomé e Príncipe: [adiado]

. Eleições Presidenciais em 19 de julho

. Eleições Legislativas, Regionais e Autárquicas em 27 de setembro

2.19 - ECI Índia - Convite: Workshop sobre gestão de riscos e resiliência eleitoral

Expediente

2.20 - Festival Política - pedido de apoio financeiro [adiado]

2.21 - MNE - Diretiva sobre cidadãos em mobilidade (eleições municipais)

2.22 - Juízo de Local Criminal de Braga - Sentença: Processo AL.P-PP/2021/96 (Cidadão | CM Braga | Publicidade institucional - centro de vacinação)

2.23 - Ministério Público - DIAP Lisboa - Despacho: Processo PR.P-PP/2026/45 (Cidadão | Cidadão | Propaganda na véspera do dia da eleição - publicações no X e Facebook)

*



1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo Presidente foi dada nota da sua presença no Palácio de Belém no passado dia 25 de abril, a convite do Senhor Presidente da República, para assistir à demonstração feita pelo Presidente da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral de protótipo da solução de voto presencial com recurso a meios eletrónicos, desenvolvida por aquela Federação. Mais foi dito pela Coordenadora dos Serviços que a referida solução tecnológica foi apresentada em plenário e fez parte de um Seminário que a CNE promoveu e realizou em 28 de maio de 2018 dedicado ao tema "Voto Eletrónico – O voto de emigrantes e de cidadãos com deficiência", na Assembleia da República. -----

Sérgio Pratas fez o ponto de situação dos trabalhos do grupo CNE/MeCDPD, em que esta e outras propostas estão a ser pensadas para ultrapassar o constrangimento do voto acompanhado, tendo dado nota de que em breve será dada a conhecer o teor da ata da última reunião de trabalho. -----

*

João Tomé Pilão questionou o facto de algumas atas, já aprovadas, não estarem disponíveis no sítio da CNE na *internet*. Fernando Anastácio referiu que já teve a oportunidade de explicar que neste momento as atas em causa se encontram pendentes para assinatura para posterior publicação, sendo que tais atas foram objeto de diversos pedidos de alteração/retificação, o que protelou a validação do texto final. Fernando Anastácio lembrou ainda o facto de a ata n.º 50 ainda não estar concluída, parecendo desadequado que a publicação não seja sequencial, o que em tempos foi questionado por cidadãos. -----

*

O Presidente deu nota da notícia do SOL, publicada na edição do passado dia 24 de abril, que consta em anexo à presente ata, e passou a palavra aos membros. –



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Teresa Leal Coelho referiu que a notícia lhe pareceu bastante rigorosa, quanto aos factos, e não há qualquer incorreção na descrição do que transmitiu ao jornalista. -----

Sérgio Pratas, a propósito da notícia publicada no Jornal SOL e discordando do que Teresa Leal Coelho disse, referiu o seguinte: -----

- Começou por lembrar que compete à CNE zelar pelo cumprimento da lei, das várias leis eleitorais e também pela transparência do processo eleitoral.

- Lembrou, de seguida, que nas últimas semanas foram publicadas notícias, no Observador e no Sol, que minam a credibilidade da Comissão e prejudicam seriamente a sua intervenção. Não tanto pelo conteúdo das notícias, na verdade uma “mão cheia de nada”, mas sobretudo pelos títulos: “Escândalo na Comissão Nacional de Eleições” e “Forrobodó sem rei nem roque na Comissão Nacional de Eleições”. Passa a ideia de que na CNE não há transparência e não se cumpre a lei.

- E questionou: como é que uma entidade como a CNE pode zelar pelo cumprimento das leis eleitorais e da transparência do processo eleitoral se ficar colada a uma imagem de incumprimento e falta de transparência?

- Analisou de seguida o teor das notícias publicadas. Referiu que o Observador dá nota, no essencial, que existem divergências de interpretação da lei no seio da CNE e que cinco dos seus membros fizeram uma participação ao Conselho Superior da Magistratura. E perguntou: há algum órgão colegial neste país onde não existam divergências, diferentes entendimentos?

E isso não será, na verdade, uma das vantagens e riqueza dos órgãos colegiais?

- No caso do Sol a notícia é ainda mais constrangedora. Tudo resumido: foram pagas horas extraordinárias a elementos dos serviços de apoio que trabalharam ao fim de semana; e foram pagas despesas de deslocação a um



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

membro da Comissão. Questionou: qual era a alternativa? Não pagar o que é devido aos trabalhadores? Não pagar a deslocação ao membro da Comissão? Incumprir a lei?

- Apesar de estarmos perante uma “mão cheia de nada”, a verdade é que o “estrago” está feito. É grave e não vale a pena desvalorizar.

- Referiu-se de seguida às atas da Comissão. É verdade que as atas devem espelhar o que aconteceu nas reuniões e cada membro tem o direito de ver expressas as suas posições sobre os vários temas em debate. Mas será mesmo necessário trazer para as atas todo o detalhe de algumas das discussões que temos em Plenário? As atas são, por definição, uma síntese do que se passou. Quem lê estas atas e não esteve na discussão, não conhece os antecedentes, será que vai entender corretamente o que se passou? E será que esse detalhe contribui para a credibilidade e prestígio da Comissão, que todos defendemos?

- Acrescentou que é verdade existirem divergências na CNE sobre diversos assuntos. Sobretudo, de interpretação e aplicação da lei. Considera, todavia, que essa diferença, a pluralidade de pensamento e interpretação, é uma realidade saudável e positiva.

- Recordou que já foi vencido várias vezes, em diversas deliberações. Recordou, por exemplo, as duas deliberações sobre pagamento de senhas de presença aos membros da CNE. Votou contra. Mas aceitou com humildade a decisão da maioria, admitindo poder estar errado. E foi consequente com a sua posição (nunca registou as senhas que, no seu entendimento, não lhe são devidas).

- Terminou a intervenção fazendo um apelo a todos os membros da Comissão. Face ao que referiu anteriormente, entende que o foco da discussão deverá estar não no problema e nas divergências (que existem e todos reconhecem) e sim nas soluções e no fortalecimento da credibilidade e



intervenção da CNE. Acrescentou ainda: a composição plural da CNE é uma força e não uma fraqueza.

Teresa Leal Coelho respondeu que falou em “factos” e não em “títulos”, sendo estes imputáveis ao jornalista e decorrentes da liberdade de imprensa, referindo, ainda, que alguns devem ter ficado escandalizados com os factos. -----

Sérgio Pratas assinalou que a liberdade de imprensa é sagrada, mas a liberdade de expressão também o é, portanto tem o direito de dar a sua opinião e entende que aquele título não espelha o que está na notícia. -----

Fernando Anastácio, a propósito do que foi dito sobre alguns de “nós” ficarem escandalizados com os factos, referiu que em vez de generalizações deve-se concretizar e pediu que lhe dissessem quem é que aqui à volta desta mesa suscitou algo sobre os factos que “chocaram” que não tenha merecido escrutínio desta Comissão. E se há algo que “choque” é “aqui”, em primeiro lugar, que se deve dissecar tais factos. Continuou referindo que a CNE fez o seu trabalho e por proposta de Teresa Leal Coelho pediu parecer ao Conselho Consultivo da PGR, mas cinco membros não ficaram satisfeitos e extra-CNE tomaram diligências que levaram à publicação destes factos, optando por colocar o assunto na imprensa.

Mafalda Sousa, concordando com o facto de o título ser lamentável, recordou um momento que não foi considerado por ninguém: o facto de ter sido dada uma conferência de imprensa em que se disse que há membros que votam de uma determinada maneira. Considerou que este facto também não prestigiou a CNE. Quanto à notícia em causa, estranha o facto de existir pagamento de trabalho suplementar quando os funcionários têm disponibilidade permanente. -----

Rodrigo Roquette aceita que o jornalista pode não entender as informações a que teve acesso, mas considerar que o que afeta a credibilidade da CNE é, por exemplo: quando um determinado assunto foi tratado como processo simplificado; como a decisão do Presidente sobre a ida a Angola; ou o valor das viagens pagas pela CNE que ascendem a mais de 12 mil euros. -----



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Miguel Ferreira da Silva declarou que nunca falou com jornalistas e que tudo o que tem a dizer é sempre dito em plenário, com total frontalidade. Elencou, de seguida, os factos que são graves para a CNE: a deliberação sobre o caso da Câmara Municipal do Porto – no dia em que era possível travar a impressão dos boletins de voto, a CNE não o fez; a ida da Coordenadora dos Serviços a Angola, que merecia um processo disciplinar por ter ido sabendo que havia uma deliberação contrária; a atitude do Presidente ao falar com os serviços, a seguir a uma reunião em que eu referi que os serviços eram “maus”, nas costas dos membros; e o Presidente ter decidido contra uma deliberação da CNE, no caso da ida da Coordenadora a Angola, e o Observador não percebeu que era isso que estava em causa. -----

Fernando Silva referiu que o convite/recado de Sérgio Pratas faz todo o sentido e que a conversa se desviou para outros assuntos. Considera que não se pode branquear o impacto negativo que tem na imagem da CNE e que a notícia não contém só factos, contém também insinuações, e lamenta que o tema das contas e dos vencimentos nunca tenha sido trazido a plenário: foi solicitado por um dos membros que fosse enviada a informação em causa, foi enviada a todos membros e nunca ninguém disse nada ou pediu esclarecimentos. Salientou que nos jornais é que foi mostrada indignação e a notícia conta ainda que Teresa Leal Coelho já pediu audiência ao Presidente da Assembleia da República, sem que tenha previamente informado o plenário. Relativamente à publicação das atas no site da CNE, Fernando Silva referiu que não é tema, o que existe é a dificuldade em redigir as atas e estas são responsabilidade de todos os membros, de quem as aprova e não de quem as faz. Sobre a conferência de imprensa abordada por Mafalda Sousa, Fernando Silva disse que não faz ideia a que é que se refere. Sobre a carta enviada ao Conselho Superior de Magistratura, Fernando Silva referiu que não foi feito qualquer aviso prévio. Teresa Leal Coelho, em resposta, disse ter comunicado no plenário de 24 de março que tinha sido enviada uma carta ao



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

CSM. Fernando Silva retorquiu que, tendo sido enviada, deveria ser do conhecimento de todos. Por fim, Fernando Silva concluiu que deveriam aceitar o repto que Sérgio Pratas lançou e refletir sobre o funcionamento da CNE. -----

Fernando Anastácio reiterou que uma carta subscrita por cinco membros chegou à comunicação social: isto é um facto. Mais pediu a Mafalda Sousa que partilhasse consigo a conferência de imprensa a que se referiu. -----

*

João Tomé Pilão requereu o registo das horas extraordinárias de todos os trabalhadores e os abonos pagos aos membros, entre janeiro e abril, a remeter até ao próximo plenário. -----

Teresa Leal Coelho requereu que até ao final do de hoje fosse dada toda a informação que sustenta o pagamento, designadamente quem aprova os valores a pagar em concreto e quem assina, bem como o procedimento que levou a adquirir duas viagens em executiva, na ida a Luanda, e o acesso à fatura emitida. Miguel Ferreira da Silva requereu que nas próximas seis horas seja dado o registo das horas extraordinárias de todos os trabalhadores dos últimos seis meses, excluindo abril, para efeitos do seu exercício da função enquanto membro da CNE. Mais requereu que tal envio seja feito através de email (e não por acesso através de link). -----

*

Pelo Presidente foi referido, quanto à notícia do SOL, o seguinte: -----

«Não quero deixar de salientar que os problemas que existem têm que ser resolvidos e discutidos no seio da Comissão.

Por isso, não posso deixar de manifestar a minha indignação e revolta por mais esta notícia e daí a pergunta: Porque razão, com que objectivo e desta forma é que esta e outras questões teimam em sair do restrito âmbito da Comissão.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Nunca foi pedido aos nossos serviços, por quem quer que fosse, informações sobre as contas e era este o procedimento de quem, com boa fé, quer ser informado.

Mais uma vez não fiquei surpreendido. Mas não posso deixar de lamentar que se tenha de chegar a este ponto.

Mais uma vez, repito, se a finalidade é atingir o Presidente consigna-se que o mesmo, pessoalmente, não está minimamente preocupado, nem afetado, estando tranquilo e é assim que pretende continuar no exercício do mandato que lhe foi atribuído, estando sim, e muito, preocupado com a imagem que estas ações possam causar à boa imagem da Comissão Nacional de Eleições. Ao omitir factos e procedimentos, com deliberada intenção de denegrir o bom nome da CNE, mostram que não se olham a meios para atingir os fins. Mas não só, não posso deixar de exprimir mais uma vez a minha revolta e indignação contra quem entregou ao jornalista os documentos e encomendou a notícia. Quem o fez revela que é uma pessoa desleal, sem carácter, perversa e com falta de ética, uma vez que o único intuito é denegrir o bom nome da CNE envolvendo todos os que nela trabalham. Temos de redobrar de cuidados com pessoas deste tipo.» -----

Miguel Ferreira da Silva pediu a palavra para solicitar que as palavras proferidas pelo Presidente constem da ata "tal qual". -----

Teresa Leal Coelho pediu a palavra para, sobre a mesma matéria, referir que o uso do dinheiro dos contribuintes é uma questão do âmbito de Portugal inteiro. Mais referiu que era razoável que um juiz conselheiro não fizesse afirmações desta natureza, as quais darão lugar a mais uma questão que vai ser do conhecimento público, como acusações contra incertos. -----

*

O Presidente deu nota do teor do Despacho do Presidente da Assembleia da República, do passado dia 24 de abril, que consta em anexo à presente ata, sobre



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

a “Remessa ao Gabinete de Controlo e Auditoria de elementos relativos a pagamentos efetuados pela Comissão Nacional de Eleições”, e passou a palavra aos membros. -----

Sérgio Pratas referiu que a auditoria é bem-vinda e as questões avançadas no seio deste plenário podem ser vistas no âmbito dessa auditoria e qualquer irregularidade que eventualmente possa ser identificada serve para ser corrigida e para pacificar as sessões plenárias, relembrando uma vez mais os 1.600 processos pendentes de apreciação, que a CNE não pode perder de vista. -----

Pelo Presidente foi referido o seguinte: -----

«Seja bem-vinda a auditoria.

Não fui consultado.

Não posso deixar de lamentar que esta iniciativa do Presidente da Assembleia da República tenha sido desencadeada por uma notícia publicada no Sol» -----

Fernando Anastácio disse que esta é uma oportunidade para voltar ao “carril” certo: havendo um mecanismo adequado para a resolução destes assuntos, deve a CNE esperar pelo resultado da auditoria e colocar o foco naquilo que é importante, o de cumprir a sua missão. -----

*

Fernando Silva pediu a palavra para transmitir que irá apresentar renúncia ao cargo de membro da CNE, motivada pelo facto de ter sido designado pela Assembleia da República para fazer parte de outro órgão externo, e dirige as seguintes palavras: -----

À CNE, por ter sido uma honra prestigiante e termina com a convicção de que conseguiu cumprir o propósito de em todas as deliberações intervir sempre com a sua consciência e ter dado o seu melhor, com a maior seriedade, sem se furtar a qualquer debate ou discussão;



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Aos Membros, pedir desculpa se, eventualmente, nas suas intervenções atingiu alguém, sendo certo que no tempo que aqui passou fez amigos, diria até improváveis;

À Dr.^a Ilda Rodrigues, coordenadora dos serviços de apoio, e a todos os funcionários, a forma foi acolhido e tratado, dirigindo um abraço a todos e levando a memória de pessoas dedicadas, sérias e excelentes funcionários;

Ao Presidente, a relação de estima e amizade com que fica, como sucedeu com os dois anteriores, e registar com particular relevância a forma serena com que soube resistir a momentos de tensão, em que alguns o atingiam a si.

Sérgio Pratas dirigiu uma palavra de reconhecimento a Fernando Silva, em particular pela qualidade, reflexão e análise crítica, bem como pela seriedade com que interveio, e ainda uma palavra de profunda estima pessoal e gosto sincero por ter trabalhado em conjunto. -----

João Tomé Pilão desejou os maiores sucessos a Fernando Silva e assinalou os contributos que sempre deu à discussão. -----

Fernando Anastácio pediu a palavra para deixar claro que sempre reconheceu a ação de Fernando Silva na CNE como sendo norteada por princípios e independência. Referiu ainda que, sendo ambos os membros mais antigos, vai ficar sozinho com este encargo porque a memória é sempre importante. Mais desejou-lhe votos do maior sucesso, pessoal e profissional. -----

O Presidente referiu que não tem dúvidas que a CNE vais ficar mais pobre com a saída de Fernando Silva, cuja competência, independência e forma de abordar os pontos mais críticos serviram para aumentar a estima pessoal e sobretudo a amizade. -----

Mafalda Sousa deixou uma palavra de reconhecimento a Fernando Silva, salientando a sua enorme isenção e objetividade. -----

*

Mafalda Sousa saiu da reunião neste momento. -----



*

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Atas

2.01 - Ata da reunião plenária n.º 50/CNE/XIX, de 24-03-2026

Após discussão entre os membros, foi deliberado adiar o assunto em referência, considerando a necessidade de incluir a votação e deliberação relativamente ao Processo AL.P-PP/2025/64 (PS | Presidente CM Seixal | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas - publicação na página pessoal), tendo ficado Miguel Ferreira da Silva, que exerceu a função de secretário da reunião em causa, de refazer a ata nessa parte. -----

*

Dado o adiantado da hora, a Comissão deliberou adiar a apreciação dos restantes assuntos da ordem do dia. -----

A reunião foi dada por encerrada pelas 13 horas e 30 minutos. -----

Para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta e vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Fernando Anastácio, Secretário da Comissão. -----

Assinada:

O Presidente da Comissão Nacional de Eleições, Juiz Conselheiro João Carlos Pires Trindade.

O Secretário da Comissão, Fernando Anastácio.